

Voto do representante titular do TCU no Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro na Reunião deste Conselho de 14 de janeiro de 2022 para fins do pleito de homologação do Plano de Recuperação Fiscal apresentado pelo Estado do Rio de Janeiro no âmbito do Processo 17944.101744/2021-26

I – Introdução

Compreende o presente voto a posição do representante titular do Tribunal de Contas da União (TCU) no Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (CSRRF-RJ), doravante denominado simplesmente Conselho, a respeito do pronunciamento de que este Conselho está encarregado nos termos do art. 5º, inciso III, da LC nº 159, de 19 de maio de 2017, em reunião a ser realizada no dia 14 de janeiro de 2022, nos termos do art. 22, § 2º, do Decreto 10.681, de 20 de abril de 2021, considerando que o Estado do Rio de Janeiro protocolou o seu Plano de Recuperação Fiscal (PRF) em 29 de dezembro de 2021.

De acordo com o disposto no art. 22 do Decreto 10.681/2021, que regulamenta o art. 5º da LC nº 159/2017, compete ao Conselho avaliar a observância pelo Estado do Rio de Janeiro do envio das informações solicitadas pelo Conselho e pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia (STN), no exercício de suas atribuições, nos prazos estabelecidos, bem como a não observância do art. 8º da LC nº 159/2017, inclusive a aprovação de leis locais em desacordo com o referido artigo, conforme o disposto nos incisos I e IV do caput do art. 7º-B da LC nº 159/2017.

Por relevante, diga-se que a par dessa manifestação do Conselho, cabe a STN avaliar o reequilíbrio das contas estaduais durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o cumprimento dos prazos para a elaboração do PRF, a adequação deste Plano ao disposto na LC nº 159/2017 e no Decreto nº 10.681/2021, e o risco de não implementação das medidas de ajuste propostas em decorrência da repartição de competências estabelecidas pela Constituição, enquanto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), cabe avaliar a adequação das leis apresentadas pelo Estado em atendimento ao disposto no art. 2º da LC nº 159/2017.

Tais Pareceres tem por finalidade possibilitar a manifestação favorável do Exmo. Ministro da Economia a respeito do PRF elaborado pelo Estado do Rio de Janeiro junto ao Exmo. Senhor Presidente da República, caso os pareceres sejam favoráveis ao pleito do Estado, com ou sem ressalvas.

Nesse ponto, destaca-se o caráter autônomo associado a esses Pareceres, pois basta que um deles seja desfavorável ao pleito do Estado do Rio de Janeiro para impedir o Exmo. Ministro da Economia de propugnar favoravelmente ao PRF desse Estado junto ao Exmo. Senhor Presidente da República.

Isso posto, faz-se necessário contextualizar as relações entre os estados signatários do RRF e o art. 8º da LC nº 159/2017, que é o cerne do Parecer a ser emitido pelo Conselho, como será visto adiante.

II – Contextualização da aplicação do art. 8º da LC nº 159/2017

Como definido no art. 2º da LC nº 159/2017, “O Regime de Recuperação Fiscal envolve a ação planejada, coordenada e transparente de todos os Poderes, órgãos, entidades e

fundos dos Estados e do Distrito Federal para corrigir os desvios que afetaram o equilíbrio das contas públicas, por meio da implementação das medidas emergenciais e das reformas institucionais determinadas no Plano de Recuperação elaborado previamente pelo ente federativo que desejar aderir a esse Regime.”

Aceita a adesão do Estado ao RRF, cabe ao estado signatário **elaborar, com a supervisão do Ministério da Economia, o PRF**, apresentar as proposições encaminhadas à Assembleia Legislativa e os atos normativos para atendimento do disposto no art. 2º da LC nº 159/2017 e **cumprir o disposto nos artigos 7º-D e 8º da LC nº 159/2017**, conforme o art. 4º-A, inciso I, da LC nº 159/2017. (grifo nosso)

Em específico sobre a elaboração do PRF diga-se que, considerada a definição estabelecida pelo art. 2º da LC nº 159/2017, espera-se que durante a elaboração do seu PRF os Poderes, órgãos e entidades do estado signatário do RRF atuem de forma cooperativa de modo a concertar um entendimento sobre as principais razões dos seus desequilíbrios fiscais, a partir do que poderão ser elaboradas estratégias e medidas de ajuste com o objetivo de estabelecer uma situação de equilíbrio fiscal.

O art. 7º-D da LC nº 159/2017, com a redação dada pela LC nº 178, de 13 de janeiro de 2021, por sua vez, estabelece que durante a vigência do RRF, os titulares de Poderes e órgãos autônomos, das Secretarias de Estado e das entidades da administração indireta deverão encaminhar ao Conselho relatórios mensais contendo, no mínimo, informações sobre:

- I - as vantagens, aumentos, reajustes ou adequações remuneratórias concedidas;
- II - os cargos, empregos ou funções criados;
- III - os concursos públicos realizados;
- IV - os servidores nomeados para cargos de provimento efetivo e vitalícios;
- V - as revisões contratuais realizadas;
- VI - as despesas obrigatórias e as despesas de caráter continuado criadas;
- VII - os auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza criados ou majorados;
- VIII - os incentivos de natureza tributária concedidos, renovados ou ampliados;
- IX - as alterações de alíquotas ou bases de cálculo de tributos;
- X - os convênios, acordos, ajustes ou outros tipos de instrumentos que envolvam a transferência de recursos para outros entes federativos ou para organizações da sociedade civil; e
- XI - as operações de crédito contratadas.

Parágrafo único. O Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal disciplinará o disposto neste artigo, podendo exigir informações periódicas adicionais e dispensar o envio de parte ou da totalidade das informações previstas no caput.

Enquanto o art. 8º da LC nº 159/2017, com a redação dada pela LC nº 178/2021 e pela LC nº 181, de 6 de maio de 2021, veda a realização de dezesseis ações diferentes, sendo seis na área de pessoal e dez em áreas diversas, como apresentado abaixo:

I - a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros dos Poderes ou de órgãos, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto aqueles provenientes de sentença judicial transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso X do *caput* do art. 37 da Constituição Federal;

II - a criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - a admissão ou a contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de:

a) cargos de chefia e de direção e assessoramento que não acarretem aumento de despesa;

b) contratação temporária; e

c) (VETADO);

V - a realização de concurso público, ressalvada a hipótese de reposição prevista na alínea 'c' do inciso IV;

VI - a criação, majoração, reajuste ou adequação de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios remuneratórios de qualquer natureza, inclusive indenizatória, em favor de membros dos Poderes, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, de servidores e empregados públicos e de militares;

VII - a criação de despesa obrigatória de caráter continuado;

VIII - a adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória;

IX - a concessão, a prorrogação, a renovação ou a ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, ressalvados os concedidos nos termos da alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal;

X - o empenho ou a contratação de despesas com publicidade e propaganda, exceto para as áreas de saúde, segurança, educação e outras de demonstrada utilidade pública;

XI - a celebração de convênio, acordo, ajuste ou outros tipos de instrumentos que envolvam a transferência de recursos para outros entes federativos ou para organizações da sociedade civil, ressalvados:

a) aqueles necessários para a efetiva recuperação fiscal;

b) as renovações de instrumentos já vigentes no momento da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal;

c) aqueles decorrentes de parcerias com organizações sociais e que impliquem redução de despesa, comprovada pelo Conselho de Supervisão de que trata o art. 6º;

d) aqueles destinados a serviços essenciais, a situações emergenciais, a atividades de assistência social relativas a ações voltadas para pessoas com deficiência, idosos e mulheres jovens em situação de risco e, suplementarmente, ao cumprimento de limites constitucionais;

XII - a contratação de operações de crédito e o recebimento ou a concessão de garantia, ressalvadas aquelas autorizadas no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, na forma estabelecida pelo art. 11.

XIII - a alteração de alíquotas ou bases de cálculo de tributos que implique redução da arrecadação;

XIV - a criação ou majoração de vinculação de receitas públicas de qualquer natureza;

XV - a propositura de ação judicial para discutir a dívida ou o contrato citados nos incisos I e II do art. 9º;

XVI - a vinculação de receitas de impostos em áreas diversas das previstas na Constituição Federal.

§1 O Regime de Recuperação Fiscal impõe as restrições de que trata o **caput** deste artigo a todos os Poderes, aos órgãos, às entidades e aos fundos do Estado.

§ 2º As vedações previstas neste artigo poderão ser:

I - objeto de compensação; ou

II – afastadas, desde que previsto expressamente no Plano de Recuperação Fiscal em vigor.

§ 3º A compensação prevista no inciso I do § 2º deste artigo, previamente aprovada pelo Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal, se dará por ações:

I - com impactos financeiros iguais ou superiores ao da vedação descumprida; e

II - adotadas no mesmo Poder ou no Tribunal de Contas, no Ministério Público e na Defensoria Pública.

§ 4º É vedada a compensação de aumento de despesa primária obrigatória de caráter continuado com receitas não recorrentes ou extraordinárias.

§ 5º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

§ 6º Ressalva-se do disposto neste artigo a violação com impacto financeiro considerado irrelevante, nos termos em que dispuser o Plano de Recuperação Fiscal.

Como visto acima, as informações a serem fornecidas ao Conselho nos termos do art. 7º-D da LC nº 159/2017 estão diretamente relacionadas às vedações constantes do art. 8º da mesma Lei Complementar, fazendo deste último artigo o cerne da atenção do Conselho.

Nessa linha e concentrando a atenção sobre o art. 8º da LC nº 159/2017, verifica-se que, não obstante a extensão e abrangência das vedações estabelecidas, o próprio artigo, nos seus parágrafos 2º a 6º, estabelece uma série de condições de contorno que limitam a sua aplicação.

De acordo com esses artigos, as vedações do art. 8º da LC nº 159/2017 podem ser compensadas desde de que previamente autorizadas pelo Conselho, que verificará se os impactos financeiros da compensação são iguais ou superiores ao da vedação descumprida e se são adotadas no mesmo Poder ou no Tribunal de Contas, no Ministério Público e na Defensoria Pública.

Contudo, de acordo com o art. 31, §4º, do Decreto 10.681/2021, com a redação dada pelo Decreto 10.928, de 7 de janeiro de 2022, restou estabelecido que as compensações previamente autorizadas pelo Conselho não podem ser realizadas entre a data de

adesão ao RRF e a data de homologação do PRF, situação na qual o Estado do Rio de Janeiro se encontra.

Em outra perspectiva, tendo em vista a possibilidade de afastamento das vedações, nos termos do art. 8º, § 2º, inciso II, da LC nº 159/2017, e a referência explícita feita ao PRF em vigor nesta norma, infere-se que essa possibilidade também é inaplicável entre a data de adesão ao RRF e a data de homologação do PRF, pois este Plano somente existe formalmente após a sua homologação.

Logo, em sentido amplo, conclui-se que entre a data de adesão ao RRF e a data de homologação do PRF todas as vedações do art. 8º da LC nº 159/2017 possuem um caráter quase absoluto, somente deixando de ter esse caráter após a homologação do PRF.

Nesse sentido, considerando a definição estabelecida no art. 2ª da LC nº 159/2017 anteriormente transcrito, infere-se que a demanda do RRF para os estados signatários é que esses estados, mediante uma ação planejada, coordenada e transparente de todos os seus Poderes, órgãos, entidades e fundos, possam estabelecer estratégias de ação e prioridades de modo a identificar as vedações a serem afastadas de forma planejada no PRF, restando ainda a possibilidade de, circunstancialmente, algumas vedações serem compensadas após a homologação do PRF, desde que previamente autorizadas pelo Conselho.

Nessa perspectiva, importa identificar as ações adotadas pelo Conselho para cumprir o seu mister.

III – Procedimentos adotados pelo Conselho para identificar indícios de irregularidades.

Com a finalidade de dar cumprimento às suas obrigações o Conselho observa, basicamente, o procedimento estabelecido no art. 30 do Decreto 10.681/2021, com a redação dada pelo Decreto nº 10.028/2022, que dispõe:

“Art. 30. O processo de monitoramento bimestral a que se refere o inciso I do caput do art. 7º da Lei Complementar nº 159, de 2017, quanto ao cumprimento das obrigações previstas no inciso IV do caput do art. 7º-B da referida Lei Complementar, observará as seguintes fases:

I - identificação de indícios de irregularidade;

II - representação às autoridades para a solicitação de esclarecimentos e a adoção de providências acautelatórias e para a revogação de leis ou atos vedados pelo disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017, se necessário; e

III - emissão de parecer conclusivo do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal concluindo pela regularidade ou pela irregularidade do ato ou lei em relação ao disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017.

§ 1º A autoridade responsável deverá, na fase de identificação de indícios de irregularidade, responder aos questionamentos do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal no prazo de até trinta dias, contado da data do recebimento.

§ 2º O Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal, adimplida a prestação de informações solicitadas dentro do prazo estabelecido:

I - poderá solicitar novos esclarecimentos e fixar novo prazo para resposta na hipótese de mais informações serem necessárias; ou

II - deverá emitir parecer conclusivo e:

a) arquivar o processo, caso conclua pelo não descumprimento de obrigação do Regime de Recuperação Fiscal; ou

b) cientificar as autoridades interessadas, registrar o inadimplemento a fim de compor a avaliação semestral de que trata o art. 32 e fixar os valores das multas diárias ou simples impostas ao Poder ou ao órgão autônomo inadimplente, conforme o previsto no § 3º do art. 7º-C da Lei Complementar nº 159, de 2017, caso conclua pelo descumprimento de obrigação do Regime de Recuperação Fiscal.

§ 3º O não envio das informações solicitadas pelo Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal nos prazos estabelecidos configura inadimplência, nos termos do disposto no inciso I do **caput** do art. 7º-B da Lei Complementar nº 159, de 2017.”

Cumpridos regularmente esses procedimentos, verifica-se, de forma sintética, a seguinte sequência de atividades quando na ocorrência de uma irregularidade:

I – identificação do indício de irregularidade;

II – representação ao órgão ou entidade que cometeu a irregularidade, para sanear a situação observada, em um prazo de 30 dias;

III – Conclusão ou não pelo descumprimento do art. 8º da LC nº 159/2017.

Por relevante, diga-se que no curso dessas atividades, diversas análises e discussões de natureza jurídica são desenvolvidas, de modo que uma jurisprudência específica é desenvolvida, servindo de base para as decisões do Conselho, cabendo citar que, regra geral, essa jurisprudência está apoiada em manifestações da PGFN, cujo apoio ao Conselho tem sido fundamental para o êxito das suas atividades.

Para exemplificar, destacam-se três dessas manifestações, quais sejam: Parecer SEI nº 12620/2021/ME, o Parecer SEI nº 13142/2021/ME e o Parecer SEI nº 17924/2021/ME, abaixo transcritos:

Parecer SEI nº 12620/2021/ME

“Com efeito, presente a obrigação legal para o Estado de observância do art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017, desde o deferimento do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, por força do art. 4º-A, inciso I, alínea "c", da citada lei complementar, e não tendo o Estado observado uma dessas vedações, configurou-se o descumprimento de obrigação legalmente definida, ato consumado que sequer é objeto do inciso II do § 2º do art. 8º da mesma lei, haja vista que, conforme exposto, o que o referido dispositivo legal autoriza é o afastamento das vedações no Plano de Recuperação Fiscal em vigor e não dos atos praticados pelos entes estaduais de inobservância dessas vedações.

Nessa medida, tem-se que, para que não haja a caracterização do descumprimento pelo Estado de uma das vedações do art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017, em razão de ato praticado pelo ente estadual que se subsuma aos incisos I a XVI do referido artigo, essa vedação tem de estar previamente afastada pelo Plano de Recuperação Fiscal em vigor, hipótese em que não haverá subsunção do ato praticado à norma ante o afastamento dessa.”

Parecer 13142/2021/ME

“A realização de despesas com ações e serviços públicos passíveis de contabilização para apuração do cumprimento do limite constitucional estabelecido pelo § 3º do art. 198 e pelos art. 212 e 212-A da CRFB/1988 se submetem às vedações impostas pelo art. 8º da LC nº 159/2017. As despesas obrigatórias não perdem seu caráter constitucional, nem têm sua força normativa diminuída. Logo, permanece para os entes subnacionais o dever de atingimento daquelas metas. A maneira como as despesas serão realizadas é que está

condicionada pelo art. 8º: algumas despesas estão vedadas, outras não. Os entes subnacionais que aderiram voluntariamente ao RRF dispõem de outras possibilidades de execução de políticas nas áreas de Educação e Saúde, cujos gastos NÃO estão vedados.

Excepciona-se a determinação do inc. XI, do art. 212-A da Constituição Federal em relação à conclusão acima, para afastar as limitações do art. 8º da LC nº 159/2017 apenas para aqueles recursos vinculados e para o grupo de profissionais da educação básica em efetivo exercício.”

Parecer SEI nº 17924/2021/ME

“Quanto à verificação da eventual ratificação dos entendimentos firmados nos itens 12 a 14 do PARECER SEI Nº 16851/2021/ME, da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros (CAF/PGFN), temos que eles espelham o que está dito no Parecer SEI nº 303/2018/CPN/PGACA/PGFN-MF, ou seja, tomam por base o que a doutrina administrativista e os julgados das Cortes Superiores evidenciam como requisitos da revisão geral anual, a saber: a) requisito formal, demandando a edição de lei específica para sua efetivação; b) requisito da generalidade, diante do qual a revisão deverá ser geral, processando-se de forma ampla para atingir a totalidade dos servidores, de todos os poderes; c) requisito da anualidade (isso, por óbvio, não quer dizer que o Chefe do Executivo está obrigado a conceder a recomposição salarial anualmente, mas que quando decidir fazê-lo, deverá considerar o período de, no máximo, um ano; não demonstrando razoabilidade a pretensão de, pela revisão geral anual, corrigir defasagem do poder de compra de inúmeros anos anteriores à revisão); e d) requisito isonômico, reclamando que sejam idênticos os índices revisionais para todos os servidores. Dessa forma, ratifica-se o entendimento da CAF/PGFN nos mencionados itens 12 a 14 do PARECER SEI Nº 16851/2021/ME.”

Como resultado último da adoção desse procedimento, atualmente, encontram-se em processamento pelo Conselho um total de treze processos, os quais se examinam a seguir, ainda que de forma sucinta.

IV - Do resultado do monitoramento das violações às vedações do art. 8º da LC nº 159/2017

No referido conjunto de treze processos, nove se encontram na fase de identificação de indícios de violações, três na fase de representação e um com violação constatada às vedações do art. 8º da LC nº 159/2017.

Na fase de identificação de indícios examinam-se meros indícios de violação do art. 8º da LC nº 159/2017, normalmente identificados por meio de publicações oficiais dos estados e dos seus órgãos e entidades, ou seja, que podem não ser comprovados posteriormente.

Encontram-se nessa fase os seguintes processos: 19953.100778/2021-10 (ITERJ); 19953.100635/2021-16 (GEE); 19953.100568/2021-21 (Programa Supera RJ); 19953.100643/2021-54 (Programa Segurança Presente Niterói); 19953.100777/2021-75 (ALERJ/UENF); 19953.100886/2021-92 (CEASA); 19953.100889/2021-21 (FAETEC); 19953.100887/2021-37 (CEHAB); e 19953;100881/2021-60 (IPEM RJ), que em seu conjunto implicam em um impacto de ao menos R\$ 775 milhões nos dez anos previstos para o PRF do Estado do Rio de Janeiro, observando-se que o impacto financeiro dos últimos quatro processos ainda não foi estimado.

Na fase de representação, por sua vez, já restou constatada a não observância do disposto no art. 8º da LC nº 159/2017, ainda existindo prazo para o estado signatário do RRF suspender a eficácia ou revogar o ato que ensejou a violação.

Encontram-se nessa fase os processos 12105.100721/2021-62 (UENF), 19953.100663/2021-25 (PCCS DPGE) e 12105.100727/2021-30 (TCE/RJ), que somam R\$ 114 milhões nos dez anos previstos para o PRF do Estado do Rio de Janeiro.

Finalmente, na fase de constatação da violação ao art. 8º da LC nº 159/2017 o prazo dado ao estado signatário do RRF para suspender a eficácia ou revogar o ato que ensejou a violação já venceu, estando concluso o procedimento de monitoramento.

Encontra-se nessa fase o processo 12105.100709/2021-58 (PCCS SAÚDE), que envolve a alteração de estrutura de carreira dos servidores da saúde, com aumento de despesas de ao menos R\$ 4,2 bilhões nos dez anos previstos para o PRF do Estado do Rio de Janeiro.

Por pertinente, cabe ressaltar que os seguintes processos: 12105.100724/2021-04 (UERJ); 19953.100599/2021-82 (MPRJ); 19953.100646/2021-98 (DPGE); 19953.100664/2021-70 (PM RJ); 19953.100661/2021-36 (TCE/RJ); 19953.100679/2021-38 (Rioprevidência); 19953.100807/2021-43 (Fundação Saúde RJ); 19953.100806/2021-07 (SEC. Governo); 19953.100890/2021-51 (UENF), relacionados à violação do inciso IV do art. 8º da LC nº 159/2017, que trata da admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, em diversos órgãos e entidades do Estado do Rio de Janeiro, se encontram suspensos, por força da liminar concedida pelo Exmo. Ministro Barroso do Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da ADI nº 6930, no aguardo da decisão de mérito do Pleno do STF, conforme deliberação do Conselho.

Em complemento, informe-se que os seguintes processos: 19953.100816/2021-34 (IVB); 19953.1008817/2021-89 (CBMRJ); 14022.177730/2021-97 (JUCERJA); 14022.103097/2022-81 (CECIERJ); 14022.102269/2022-08 (Fundação Carlos Chagas Filho), foram constituídos para o processamento de solicitações de autorização prévia para compensação financeira. O primeiro e o segundo processos já foram concluídos, sendo autorizada a compensação no primeiro, observadas condições estabelecidas pelo Conselho, e negada a autorização no segundo.

V - Conclusão

O Regime de Recuperação Fiscal teve início com a publicação da LC nº 159/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.109, de 27 de julho de 2017, sendo, posteriormente, alterada pelas LC nº 178 e nº 181, ambas de 2021, que promoveram alterações significativas naquela Lei Complementar, criando o que passou a ser chamado de “Novo Regime de Recuperação Fiscal”, o qual foi regulamentado pelo Decreto nº 10.681/2021.

Posteriormente, o Decreto 10.928/2022 modificou o Decreto 10.681/2021 e, como já dito, afastou a possibilidade de o Conselho autorizar compensações financeiras entre a data de adesão do estado signatário do Regime e a data de homologação do seu PRF.

Em síntese, verifica-se que no período compreendido entre a adesão do Estado do Rio de Janeiro ao “Novo Regime de Recuperação Fiscal”, em 4 de junho de 2021, e a data de protocolo do PRF do Estado do Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 2021, ocorreram diversas alterações legislativas que impactaram de forma significativa as regras relacionadas às violações do art. 8º da LC nº 159/2017.

A par dessas mudanças na legislação, verifica-se também que no mesmo período uma ampla jurisprudência restou constituída como, por exemplo, a apresentada no Parecer SEI nº 13142/ME, retro referido, que tratou da aplicação dos mínimos constitucionais nas áreas de Educação e Saúde, como decorrência do monitoramento efetuado pelo Conselho.

Contudo, nada obstante essas atenuantes, a existência de violação ao art. 8º da LC nº 159/2017 já constatada, bem como a existência de três processos em fase de representação, com baixa probabilidade de a violação ao art. 8º da LC nº 159/2017 deixar de ser constatada, atesta que essa norma foi violada pelo Estado do Rio de Janeiro.

Ademais, é fácil concluir que esse Estado tem tido muitas dificuldades na implementação da concertação prevista no art. 2º da LC nº 159/2017, o que se evidencia pela multiplicidade de órgãos e entidades monitorados em razão de violação ao art. 8º da LC nº 159/2017, ou que estão com representação expedida pelo Conselho para adotar providências saneadoras relacionadas com violações a este artigo, ou que se encontram em processo de monitoramento de violação do disposto nesse mesmo artigo.

Contudo, nada obstante a situação constatada, e considerando os limites do exame perpetrado pelo membros do Conselho para homologação do PRF do Estado do Rio de Janeiro, entende este representante do TCU no Conselho que o Regime de Recuperação Fiscal ainda se constitui na melhor alternativa para que o Estado do Rio de Janeiro venha a alcançar uma situação de estabilidade fiscal, mesmo restando constatado que desde a adesão desse Estado ao RRF diversas violações ao art. 8º da LC nº 159/2017 foram identificadas.

De mais a mais, deve-se considerar que com a homologação do PRF do Estado do Rio de Janeiro as violações ao art. 8º da LC nº 159/2017 passarão a ser tratadas de forma diferente daquela do período entre a adesão ao RRF e a homologação do PRF, pois essas poderão produzir uma aceleração no pagamento da dívida do Estado do Rio de Janeiro com a União, nos termos do art. 34 do Decreto nº 10.681/2021, o que não ocorre nesse primeiro período.

Assim, analisando estritamente o cumprimento dos incisos I e IV do art. 7º-B da Lei Complementar nº 159/2017, este Conselheiro representante titular do TCU no Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro manifesta-se de forma favorável à homologação do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, com ressalva decorrente da identificação de violação constatada ao art. 8º da LC nº 159/2017 entre a data de adesão e a data do protocolo do Plano de Recuperação Fiscal, que pode dificultar o cumprimento das metas fiscais estipuladas.

VI - VOTO

Considerando todo o exposto, e observando estritamente o cumprimento dos incisos I e IV do art. 7º-B da Lei Complementar nº 159/2017, este Conselheiro representante titular do TCU no Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro vota no sentido de recomendar a à homologação do PRF do Estado do Rio de Janeiro, com ressalva.